



A Teoria da Acessibilidade e suas implicações para a leitura do texto antigo

Luiz Eleildo Pereira Alves¹

RESUMO:

Neste artigo, retomamos as discussões que vimos desenvolvendo a respeito de uma interface teórica entre Filologia e Linguística de Texto. Ainda argumentando em favor de uma Filologia textual (autor, 2016), procuraremos analisar a dinâmica da textualização em 4 documentos setecentistas do Ceará, considerando a noção de texto como evento (BEAUGRANDE, 1997) com ênfase na investigação dos processos referenciais à Luz da Teoria da Acessibilidade, desenvolvida por Ariel (1996) e discutida por Costa (2007a; 2007b). Em nossa análise, tentamos demonstrar que o processo referencial é um jogo que se dá nos deslizamentos entre linguagem pensamento e realidade (SALOMÃO, 1999). Para os estudos filológicos, as questões aqui encetadas desvelam um campo profícuo para reflexão, especialmente, a respeito do trabalho de leitura do texto antigo.

PALAVRAS-CHAVE:

Filologia Textual;
Texto;
Teoria da Acessibilidade;

¹ Professor do Curso de Letras da Universidade Estadual do Ceará (UECE). Mestre e doutorando em Linguística Aplicada pela UECE. E-mail: eleildo@gmail.com ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5369-5019>

1 Introdução

Nos trabalhos que temos desenvolvido dentro do campo da Filologia, dentre os quais destacamos autor (2016) e autor (2019), temos defendido um encontro entre Filologia e Linguística Textual, tomando como ponto para essa interface teórica, o Texto, objeto de estudo comum as duas áreas. Defendemos nesses estudos anteriores a necessidade de olharmos, no que chamamos de Filologia Textual, para o texto como um evento comunicativo, como defende Beaugrande (1997, p. 10).

Neste artigo, argumentamos que a definição beaugrandeana considera a existência de deslocamentos, no processo de (re)construção de sentidos, entre elementos de ordem linguísticas, cognitivas e sociais, que convergem no processo de textualização. Essa definição assemelha-se ao *continuum* entre linguagem, pensamento e realidade, também já considerado por Salomão (1999).

Tais deslocamentos ocorrem em toda e qualquer interação na linguagem, uma vez que interagimos através de textos, orais ou escritos. No entanto tornam-se ainda mais evidentes quando estamos lidando com o texto antigo, por alguns fatores, por exemplo, o distanciamento histórico, que tende a tornar determinadas expressões referenciais mais opacas, o que dificulta a (re)construção de sentido, o trabalho filológico ou das demais disciplinas com que essa área é interdisciplinar, a história, a paleografia, a sociologia etc.

Ressaltamos desde já que a opacidade dos referentes não é um fenômeno de natureza puramente linguística, mas acarretada por questões contextuais, históricas, sociais, e mesmo por questões materiais, por exemplo, quando a palavra não está acessível simplesmente porque o códice encontra-se desgastado, em um estado difícil de manuseio e leitura, ou por falhas da própria cópia que acabam dificultando e/ou produzindo novas significações para o texto lido. Por essa razão, muitas vezes, aposta o leitor na atividade de inferenciação, que é, segundo (MARCUSCHI, 2007, p. 20) “fruto de raciocínios interpretativos baseados em conhecimentos sociais e linguísticos, sendo a própria inferência uma atividade situada.”

Neste estudo procuraremos analisar a dinâmica da textualização em 4 documentos setecentistas do Ceará, considerando a noção de texto como evento (BEAUGRANDE, 1997) com ênfase na investigação dos processos referenciais à Luz da Teoria da Acessibilidade, desenvolvida por Ariel (1996; 2001; 2006) e discutida por Costa (2007a; 2007b).

Nossa análise é um recorte da nossa pesquisa de mestrado aqui já citada (autor, 2016). Naquele momento, procuramos resgatar um episódio da história cearense, o conflito em torno da exploração das minas de prata e cobre da serra da Ibiapaba,

sobre o qual coletamos uma série de documentos editados e publicados no projeto Memória Linguística do Ceará (doravante MCC).

Por conta da extensão limitada deste artigo, exploraremos aqui apenas alguns desses documentos, fazendo outros aprofundamentos. Acreditamos ser possível demonstrar a complexidade do processo de leitura e, ainda mais, como a Teoria da Acessibilidade ilustra de modo significativo que a (re)construção de sentido no processo de textualização, seja ele de textos antigos ou recentes, é sempre complexo e situado.

Na seção seguinte, falaremos sobre a perspectiva de texto como evento e sobre os processos referenciais com ênfase na Teoria da Acessibilidade; depois imergiremos nos documentos aqui analisados e, por fim, apresentamos algumas considerações finais.

2 Texto como evento e a Teoria da Acessibilidade

A Linguística Textual de vertente sociocognitivista tende a definir texto à luz do pensamento beaugrandeano para quem o texto é um evento comunicativo. Assumir essa perspectiva implica não reduzir a complexidade da dinâmica textual a uma das partes, sejam elas a estrutura da língua, ou o sujeito, ou até mesmo o contexto sócio-histórico, mas na verdade, entender que o processo de textualização acontece sempre como mescla de todos esses elementos.

Consideramos processo de textualização, o momento em que a porção de energia condensada em uma estrutura fônica (no caso dos textos orais) ou escrita (no caso dos textos escritos) é amplificada por um ouvinte/leitor (BEAUGRANDE, 1997), mais ou menos como entende Volóshinov (2018, p. 225) ao afirmar que “o enunciado, como tal, existe entre os falantes”.

Seria, pois, a parte que vemos ou ouvimos apenas a ponta de um *Iceberg*, onde encontraríamos, submersa, uma complexa teia de relações, significações e ressignificações, encontros e deslocamentos, contextualização e descontextualização, os movimentos labirínticos aos quais Marcuschi (2005) faz referência, uma vez que quando estamos diante de um texto, não estamos diante de um único texto, mas imersos em uma dispersividade discursiva, em uma rede polifônica anterior a nós e que se desdobra prospectivamente, como afirma Volóchinov (2018).

Dentro das categorias analisáveis nessa teia de textualização, podemos pensar o contexto, não mais visto como um recorte estanque de uma situação, mas como dinâmico e constituído de duplo movimento: a **emergência** e a **incorporação** (HANKS,

2008). Na dimensão da emergência, encontramos os elementos imediatos da interação verbal. Ela põe em xeque fatores como a situação momentânea, a relevância do cenário e o campo semiótico. Já no nível da incorporação, verificamos aspectos ligados ao enquadramento discursivo, como a inscrição do discurso em quadros socioculturais mais amplos.

Outros elementos importantes da textualização são os processos referenciais. Para Mondada e Dubois (2003), a ideia de referenciação supera o *internalismo vs externalismo* e expande a ideia de significação para a noção de **Jogo discursivo** “que extrapola os limites sonoros ou gráficos do texto, isto é, que se realiza na esfera das relações entre sujeitos historicamente situados” (COSTA, 2007a, p. 69)

Na base da teoria da referenciação em Mondada e Dubois está a ideia de que os referentes são objetos de discurso e não coisas de uma realidade objetiva espelhadas na linguagem. Desse modo, as práticas comunicativas

não são imputáveis a um sujeito cognitivo abstrato, racional, intencional e ideal, solitário, face ao mundo, mas a uma construção de objetos cognitivos e discursivos na intersubjetividade das negociações, das modificações, das ratificações de concepções individuais e públicas do mundo (MONDADA e DUBOIS, 2003, p.20).

Por compreendermos que objetos discursivos são construídos dentro das práticas interacionais, não focalizamos categorias rígidas, razão pela qual, neste estudo, recorreremos aos fatores de acessibilidade (ARIEL, 1996; 2001; 2006), pois temos consciência justamente de que é a fluidez dos objetos discursivos que caracterizam sua complexidade.

Considera Ariel (2006) que o discurso não começa do zero, uma vez que os interlocutores atribuem novas informações sempre pautados em suposições contextuais, partindo sempre da ideia que “o material não declarado explicitamente em um enunciado (texto) são informações sobre entidades do discurso que o falante gostaria que o destinatário recuperasse.” (ARIEL, 2006, p. 15). Dessa forma, ideia central da Teoria da Acessibilidade é a de que “as formas referenciais constituem instruções ao destinatário de como este deve recuperar da memória certa parte de uma determinada informação, pela indicação de quão acessível está esse pedaço de informação no discurso corrente”. (COSTA, 2007b, p. 48).

O foco das discussões de Ariel, ao conceber que as recuperações de contexto de informações da memória são guiadas por sinalizações ao destinatário do grau de acessibilidade com o qual a representação mental a ser recuperada é mantida, recai sobre a ideia de que os falantes não orientam as recuperações

dos destinatários, remetendo-os para a correta origem “geográfica” que serve de base para supor que a informação é dada.

Esclarece Ariel (2001) que as línguas não nos fornecem códigos convencionais especializados para **(1) informações recuperáveis pelo nosso conhecimento enciclopédico geral** (ex.: existiu uma entidade com o nome de Simone de Beauvoir); para **(2) informações extraídas do contexto físico imediatamente disponível** (ex.: existe uma mesa entre nós); ou para **(3) informações mencionadas previamente no discurso** (ex.: que o falante tem um amigo querido).

Ariel evidencia que a escolha das formas referenciais pelo falante/escritor é baseada no **grau de acessibilidade** que esse falante/escritor supõe apresentar o referente na mente de seu interlocutor. A autora ainda ressalta que as informações que atuam para a identificação ou a escolha de um referente advêm de três contextos: **o enciclopédico** (as informações recuperáveis pelo conhecimento enciclopédico geral); **o de situação de fala** (as informações extraídas do contexto físico imediatamente disponível); e **o linguístico** (as informações mencionadas previamente no discurso). Ao conceber esses aspectos contextuais, Ariel postula que a escolha das formas referenciais não é determinada pelo lugar de onde vem a base informacional, mas pelo nível de **saliência do referente**.

Tendo em vista o fato de os referentes não apresentarem “endereço fixo”, a escolha das formas referenciais, segundo Ariel, advém da interação entre três critérios, os quais estabelecem uma hierarquia dos referentes:

- **A informatividade** - que diz respeito ao nível de conteúdo expresso pela forma referencial com relação referente;
- **A rigidez** - que diz respeito ao grau de unicidade com que o referente é determinado;
- **Atenuação** - diz respeito à extensão formal da expressão referencial.

Segundo Costa, (2007b), considerando esses critérios e ancorando-nos no princípio de acessibilidade cognitiva, compreenderíamos que **formas mais acessíveis implicam formas menos informativas**, enquanto **formas menos acessíveis implicam formas mais informativas, mais rígidas e menos atenuadas**. Em face desses diferentes níveis de acessibilidade, Ariel propõe uma escala de acessibilidade, conforme vemos a seguir:

Nome pleno + modificador > nome pleno > descrição definida longa > descrição definida curta > último nome > primeiro nome > demonstrativo distante + modificador > demonstrativo próximo + modificador > demonstrativo distante + SN > demonstrativo próximo + SN > demonstrativo distante - SN > demonstrativo

próximo - SN> pronome tônico + gesto> pronome tônico> pronome átono> pronome clítico> flexões de pessoa verbal> zero (ARIEL, 2006, p. 15)

De acordo com esse “continuum” proposto pela autora, quando estamos diante de formas menos acessíveis, recorremos ao uso de um Nome pleno + modificador, quando, porém, estamos diante de formas mais acessíveis, recorremos a expressões mais atenuadas, como pronomes, flexões de pessoa verbal ou zero. A seguir, apresentamos o quadro resumitivo elaborado por Parente (2016, p. 53).

Critérios de hierarquização dos referentes

Os referentes menos acessíveis são recuperados por formas: + informativas; + rígidas; - atenuadas.
Os referentes mais acessíveis são recuperados por formas: - informativas; - rígidas; + atenuadas.

Fonte: Parente (2016, p. 53).

A partir do *continuum* proposto por Ariel, fica clara a ideia de que os graus de acessibilidade podem ser avaliados pelo falante como relativamente mais altos ou mais baixos, mas não em correspondência biunívoca com as expressões referenciais. Essa “relativização” dos níveis de acessibilidade imprime ao modelo em questão uma maior flexibilidade: “se, por um lado, fica clara a ideia de que as expressões referenciais não são usadas aleatoriamente; fica afastada também, por outro lado, a noção de que há regras categóricas para a escolha dessas expressões”. (COSTA, 2007a, p.121)

Um ponto importante da Teoria da Acessibilidade, ressalta Costa (2007a), é a noção de acessibilidade como conceito complexo que envolve quatro fatores conforme explicitados no quadro a seguir:

Fatores que afetam o status de acessibilidade de um antecedente

Distância	A distância entre um antecedente e a anáfora (relevante somente para menções subsequentes);
Competição	O número de competidores no papel do antecedente;
Saliência	O antecedente ser um referente saliente, principalmente se é tópico ou não-tópico;
Unidade	O antecedente estar ou não no mesmo

	frame/mundo/ponto de vista/segmento ou parágrafo que a anáfora.
--	---

Fonte: Adaptado de (Ariel, 1990, p.28 por ARNOLD, 1998, p.25 *apud* COSTA, 2007b, p. 50)

Segundo Ariel, esses fatores podem se somar para intensificar ou diminuir o grau de acessibilidade ou podem atuar opondo-se um ao outro, isto é, um fator desfazendo o efeito gerado pelo outro. No que se refere a esses fatores, Costa (2007a) considera que a distância e a competição representam uma **relação negativa** com o nível de acessibilidade do referente, porque, quanto maior a distância e/ou o número de competidores, menor será o grau de acessibilidade de um referente; e os dois últimos, saliência e unidade, estabeleceriam uma **relação positiva**, pois maiores níveis de saliência e unidade criariam a possibilidade de usarmos marcadores de alta acessibilidade, ou seja, menos informativos e mais atenuados.

A proposta de Ariel, apesar de ter natureza funcionalista, demonstra com mais fluidez o processo de referenciação, pois a nosso ver permite perceber o que Salomão (1999, 71) afirma ao considerar que:

há, portanto, uma continuidade essencial entre linguagem, conhecimento e realidade que não as reduz entre si, mas as redefine em sua fragmentária identidade (como realidade, ou como conhecimento, ou como linguagem), segundo as necessidades locais da interação humana.

Na leitura de textos antigos, em que é posto em xeque uma série de elementos pertencentes a um contexto muito anterior a nós, parece-nos que a teoria da acessibilidade elucida a complexidade da atividade realizada pela Filologia Textual. É o que tentamos desmontar na análise que se segue.

3 O que nos diz a leitura dos documentos

Em autor (2019), como já dissemos na introdução deste artigo, tentamos “resgatar um episódio da história cearense a partir da leitura de documentos setecentistas, tendo em vista os processos referenciais, com ênfase na Teoria da Acessibilidade (ARIEL, 1996; 2001; 2006), implicados na compreensão desses textos” (AUTOR, 2016, p. 17). Naquele momento, na tentativa de sistematizar e dar continuidade à narrativa reconstituída, dividimos os documentos analisados em 3 momentos. Foram eles: “**concessão de terras**, os **conflitos** e o **desfecho**.”. Neste trabalho, por conta da sua extensão, apresentaremos apenas um desses momentos, **a concessão de terras**. Tentaremos contextualizar para os leitores a situação aqui encetada e seus desdobramentos podem ser lidos posteriormente na pesquisa mais extensa que realizamos anteriormente.

Ressaltamos, porém que embora tratemos aqui de um desses momentos, julgamos não haver prejuízo de compreensão da nossa proposta. Antes de imergirmos na análise propriamente dita, façamos, a seguir, uma breve contextualização dos documentos e da situação aqui apresentados.

3.1 Contextualizando os fatos

Em nossa análise recorreremos a 4 documentos coletados da obra MCC. A publicação apresenta manuscritos referentes à antiga Capitania do Ceará. Apresentando-os em reprodução fac-similar² e modernizada³. Os documentos são referentes à exploração das minas de prata na Serra da Ibiapaba por Antônio Gonçalves Araújo. A respeito dessa atividade encontramos diversas cartas, que apresentam como personagens centrais dessa querela o sexto ouvidor geral do Ceará, Manuel José de Faria, e o próprio superintendente das minas, o já citado Antônio Gonçalves de Araújo. Segundo pudemos verificar, foi essa uma questão muito cara à atuação de Manuel José de Faria enquanto ouvidor da então capitania, uma vez que ele muito lutou para impedir a exploração de tais minas.

Tentando sistematizar os documentos em números e temas, estabelecemos, em AUTOR (2016) um código de identificação dos textos que consistia em apresentar a data do documento, seu destinatário, remetente e o assunto. Aqui fizemos uma breve adaptação no quadro de identificação desses documentos, uma vez que lidaremos com um número reduzido destes, mas carece explicarmos como identificaremos os documentos discutidos para que o leitor mais curioso, possa localizá-los na obra MCC. Assim, reproduzimos o código de identificação que propomos anteriormente:

como cada volume da edição MCC possui dois tomos, utilizamos a forma VxTy em que x representa o número do Volume, marcado pela inicial V, e y o número do tomo (se o tomo 1 ou tomo 2), identificado pela também inicial T. A letra p. indica, então, a página em que se encontra o documento, ou as páginas inicial e final, caso o documento seja mais extenso. Dessa forma, o documento **V5T1-p.341-346**, por exemplo, encontra-se, na MCC, no volume 5, tomo 1, entre as páginas 341 e 346. (AUTOR, 2016, p. 68-69)

² Existem diversas formas de fazer com que um manuscrito seja acessível ao público. Segundo Cambraia (2005), essa grande diversidade de tipos de edição, no entanto, deve se organizar dentro de um restrito número de categorias.

³ Segundo Cambraia (2005, p.91), a **edição fac-similar** é aquela que possui grau zero de interferência, pois apenas reproduz uma imagem do testemunho através de meios mecânicos como xerox, fotografia, escanerização, etc. Já a **edição modernizada**, ou também chamada de interpretativa, “pode-se atribuir grau máximo de mediação admissível” (CAMBRAIA, 2005, p. 97). Geralmente uma edição interpretativa é realizada com o objetivo de atingir um maior número de leitores.

A seguir, visualizamos a lista de documentos que serão analisados neste artigo:

Identificação dos documentos

IDENTIFICAÇÃO	LOC. NO MCC	DATA	REMET.	DEST.	ASSUNTO
DOC.1	V5T1-p.341-346	23/03/1739	D. João V	Administradores da Capitania do Ceará	Cópia da provisão concedendo a Antônio Gonçalves de Araújo o direito de explorar as minas de prata na Serra da Ibiapaba
DOC.2	V5T1-p. 334 – 341	02/02/1730	João V	Capitania do Ceará	Provisão real que há por bem conceder a Manuel Francisco dos Santos Soledade permissão para explorar as minas no território cearense.
DOC.3	V5T1-p.346-350	23/03/1739	D. João V	Administradores da Capitania do Ceará	Cópia da provisão concedendo a Antônio Gonçalves de Araújo o direito de continuar a explorar as minas de prata na Serra da Ibiapaba
DOC. 4	V5T1-p.162	01/03/1744	José Araújo Chaves	Ouvidor do Ceará	A respeito das ações de Antônio Gonçalves de Araújo e seu irmão Manuel Gonçalves de Araújo na Serra dos Cocos

Fonte: Adaptado de Autor (2016, p. 69)

Após esclarecermos como os documentos serão identificados neste artigo e onde se localizam na obra MCC, passemos efetivamente à análise dos textos.

3.2 Imergindo na análise dos documentos

A exploração de minérios era, como nos conta a história oficial, uma das principais fontes de lucro da metrópole, Portugal, sobre as terras brasileiras. Com a constante ameaça de piratas, a coroa teve que conceder aos que queriam se aventurar em busca de pedras preciosas pelos sertões do Brasil condições favoráveis a tal feito. Assim, encontramos o ponto de partida da história que objetivamos remontar neste trabalho, quando Antônio Gonçalves de Araújo adquire sesmaria por ordem da provisão real datada de 23 de março de 1739.

Constituem as informações pertinentes a esta análise, provisões através das quais o rei delibera permissão a Antônio Gonçalves de Araújo para exploração das

minas de Ibiapaba. De acordo com Belloto (2002, p. 82), a provisão é “ato pelo qual o rei confere algum benefício ou cargo a alguém ou emite ordem baseada em dispositivos anteriores”.

A seguir, veremos a cópia de um trecho da provisão concedendo a Antônio Gonçalves de Araújo o direito de explorar as minas de prata na Serra da Ibiapaba, tendo como remetente D. João V e datada de 23 de março de 1739.

(I) Eu, El-rei, **faço saber aos que esta minha provisão virem** que tendo consideração a me representar Antônio Gonçalves de Araújo que ele tinha descoberto na Serra dos Cocos e Ibiapaba da capitania do Ceará,
[...]

DOC. 1

V5T1 – P. 341-346

O gênero Provisão, de acordo com Belloto (2002), apresenta a seguinte estrutura: o **Protocolo Inicial**, composto pela titulação e o nome do destinatário; o **texto**, expondo as razões e determinações às quais se refere a provisão; e o **protocolo final**.

Nesse primeiro documento, pareceu-nos confuso o uso da expressão **o dito senhor**, logo no protocolo inicial da referida provisão, conforme destacado no trecho a seguir:

(II) Registro de uma provisão real por que **Sua Majestade** há por bem confirmar a seção que a Antônio Gonçalves de Araújo fez **Manuel Francisco dos Santos Soledade** das sesmarias e mais jurisdições que **o dito senhor** tinha sido servido conceder-lhe etc. [...]

DOC. 1

V5T1 – P. 341-346

As expressões referenciais menos rígidas e mais atenuadas, marcam, conforme Ariel (2001), um alto nível de saliência do referente, uma vez que ao usar tais formas, o enunciador acredita ser possível que os interlocutores acessem com mais facilidade essa informação. No caso dos documentos que veremos nesta análise, as informações linguísticas são fortemente ancoradas no contexto sócio-histórico. Por exemplo, em (II) o uso da forma referencial **o dito senhor** pressupõe um alto índice de saliência do referente. No entanto, para um leitor menos atento, poderia haver competição para essa forma referencial entre os referentes **Sua Majestade** e **Manuel Francisco dos Santos Soledade**. Endossam esse problema algumas informações contexto-materiais, por exemplo o fato de o registro da provisão ser feita por um escrivão que se refere aos sujeitos envolvidos e à própria

provisão em terceira pessoa, o que poderia tornar possível o uso de **o dito senhor** para retomar **Vossa Majestade**. No entanto outras informações de natureza mais contextuais nos fazem reduzir a possibilidade de concorrência dessa expressão referencial, uma vez que sabemos que não era próprio se referir ao rei pelo mero uso de **senhor**. Observemos que para lidar com apenas essa expressão referencial, deslocamo-nos do contexto de produção do texto às pistas materiais do próprio registro. É nesse sentido que argumentamos, como foi dito em momentos anteriores deste artigo, que nesse jogo de construção e sentido há deslizamentos entre os níveis contextuais, cognitivos e linguísticos. Algo muito semelhante ao que ocorre com a expressão **o dito senhor** acontece, ainda no trecho (I), com o pronome **lhe**, que aponta para o referente **Antônio Gonçalves de Araújo**, no mesmo trecho.

Ao nos depararmos com a forma **lhe** nesse caso, achamos, em um primeiro momento, que poderia existir um problema de concorrência para essa forma referencial. Entretanto, ao recorrermos ao contexto imediato da prática social, percebemos que não há problemas de concorrência caso, um vez que podemos depreender, pelas informações anteriores, que Antônio Gonçalves de Araújo seria a pessoa a quem o rei confirmava a terra. Essa compreensão das outras informações do enunciado anula qualquer problema de concorrência com a forma **lhe**.

Nessa segunda análise, torna-se problemática, novamente a expressão **o dito senhor**, pois, a nosso ver, essa expressão apontaria para dois possíveis concorrentes: **o rei** (marcado pela *Sua majestade*) e **Manuel Francisco dos Santos Soledade**. O problema da concorrência desta vez evidencia-se pelo fato de sabermos, pelas informações que emergem do contexto enciclopédico, que Manuel Francisco dos Santos Soledade também poderia ser o responsável por conceder permissão para explorar as minas a Antônio Gonçalves Araújo, uma vez que Manuel era superintendente geral das minas daquele estado. Esse fator, mais contextual, e também o fato de os possíveis concorrentes para essa expressão referencial serem iguais em gênero e número, levam-nos a pensar que a forma referencial pode apontar para ambos os termos.

Neste aspecto, podemos perceber que nem sempre as informações contextuais são elucidativas. Às vezes elas tornam ainda mais complexo o trabalho de leitura, pois precisamos olhar com muita atenção para o texto investigado a fim de que as pistas que se mostram confusas não acabem levando o pesquisador a interpretações equivocadas.

O problema em torno de quem praticou a ação de conceder as terras para serem exploradas a Antônio Gonçalves de Araújo se dissolve com outras informações que emergem da materialidade textual; outras pistas evidenciam que a forma **o dito**

senhor refere-se a Francisco Manuel dos Santos Soledade pela informação que é apresentada mais adiante, na mesma provisão, como vemos sublinhado em (III):

(III) Eu, El-rei, faço saber aos que esta minha provisão virem que tendo consideração a me representar Antônio Gonçalves de Araújo que ele tinha descoberto na Serra dos Cocos e Ibiapaba da capitania do Ceará, distrito de Pernambuco e em outros lugares do Sertão do Brasil entrando naquela diligência e especulação e seus progressos em ordem do vice-rei do estado do governador de Pernambuco, capitão-mor do Rio Grande e Ouvidor do Ceará, rogado também e com recomendação do superintendente-geral das minas daquele estado, **Manoel Francisco dos Santos da Soledade** o qual **lhe(1)** havia cedido e doado as terças partes das terras e mais pertenças de que eu **lhe(2)** havia feito mercê por uma provisão. [...]

DOC. 1

V5T1 – P. 341-346

Em (III) destacamos outro fato curioso, que é a forma **lhe** determinada pela categoria distância (ARIEL, 2001). Em **lhe(1)**, a forma aponta para **Antônio Gonçalves de Araújo**, e depreendemos dessa leitura que foi Manuel Francisco dos Santos Soledade que concedeu as terras para serem exploradas por parte de Antônio Gonçalves. Entretanto, se observarmos bem, poderíamos supor que a forma **lhe(2)** poderia também apontar para **Antônio Gonçalves**, o que nos levaria a entender que o Rei fizera mercê das terras a Antônio Gonçalves, e que o referido Francisco Manuel havia, então, por ordem do rei, concedido essas terras ao mesmo superintendente das Minas. Essa interpretação seria plenamente aceitável, no entanto, a forma como estão dispostas as expressões referenciais leva-nos a perceber que estas se relacionam a referentes distintos.

Assim, **lhe(1)** refere-se a Antônio Gonçalves e **lhe(2)** a Manuel Francisco dos Santos Soledade. Corroborando isso, ainda, o conhecimento que temos da Provisão real que concede a Manuel Francisco dos Santos Soledade permissão para explorar as minas no território cearense. Documento esse que se encontra na publicação MCC, V5T1 – P. 334-341. Cujo trecho vemos a seguir:

(IV) Registro de **uma provisão** porque Sua Majestade houve por bem que das terras que Manuel Francisco dos Santos da Soledade descobrir nos sertões do Brasil haja de sesmarias que povoar dentro de dez anos como também em que o dito senhor lhe concede a superintendência do gentil bravo e minas que descobrir no mesmo estado.

DOC. 2

MCC, V5T1 – P. 334-341

Considerando ainda a discussão em torno do Doc. 1, outro aspecto curioso que gostaríamos de salientar é o que destacamos em (V), a seguir:

(V) E era necessário para mais utilidade da dita seção e trespasso, que eu fosse servido havê-lo assim por bem, aprovando na pessoa dele suplicante a nomeação que lhe fizera o dito superintendente para o dito feito, fazendo efetiva na mesma mercê de modo que fora concedida ao próprio superintendente, e por esta cedida ao suplicante para que na forma da Dita escritura poder entrar nas mais diligências necessárias com as mesmas cláusulas e condições declaradas na **sobredita provisão**.

DOC. 1

V5T1 – P. 341-346

A forma **sobredita provisão** destacada em (V) funciona como uma anáfora quanto a **uma provisão**, destacada em (IV); mas se considerarmos a informação material que as provisões cujos trechos (IV) e (V) se referem estão registradas, no códice⁴, imediatamente uma após a outra, essa informação, advinda do contexto semiótico (Hanks, 2008), induz-nos a arriscar que, para nós leitores que temos acesso à cópia dessas provisões registradas em um mesmo códice, a expressão **sobredita provisão** pode ser tomada como uma anáfora encapsuladora referente a todo o **DOC.2**, retomando-o por completo. Costa (2007a, p.165), apoiada em Comte (2003), conceitua esse tipo de anáfora como “uma operação de nomear, resumir ou encapsular por meio de um ‘instrumento linguístico’, não uma porção do discurso registrado no contexto precedente, [...] mas uma porção de discurso proveniente de outro texto”.

As observações de Costa (2007a), feitas com base no alto índice do uso de anáforas encapsuladoras na lista de discussões da CVL, mostraram que o uso dessas anáforas no referido contexto de pesquisa da autora deve-se ao fato de existir um “empacotamento” recursivo por conta da saliência do referente. No caso, o tema da discussão acerca do qual giravam os e-mails. No nosso caso, guardadas as proporções, podemos entender que a forma referencial **a provisão** estabelece, nesse contexto, uma retomada de um conteúdo proveniente de outro texto. Se imaginarmos que numa lista de discussões, os e-mails são organizados um após outro levando em conta a ordem temporal das respostas, o fato de as cópias das provisões serem organizadas sequencialmente no códice onde estão registradas, nos deixa confortável para defendermos essa afirmação.

Outras informações referentes ao **DOC.1** emergem para nós através da inferência. Consoante a Marcuschi (2007, p. 88), entendemos que a “inferenciação é muito mais como um cálculo e uma projeção de natureza sociocontextual que uma operação lógica em sentido estrito.” Assim, pois, entendemos que Antônio Gonçalves de Araújo já estava explorando as terras das minas antes mesmo de

⁴ Aqui nos referimos ao livro de registros em que os referidos documentos estão transcritos, como era habitual na administração da Capitania. Todos os documentos oficiais eram registrados em cópia a fim de que ficassem arquivados.

receber a resposta definitiva do rei, apenas com a cessão feita por parte de Francisco dos Santos da Soledade. As palavras do rei deixam claro o pedido de **continuação** da exploração das minas, conforme veremos em (VI); podemos inferir também que os conflitos existentes na região das minas, conforme apresentamos em Autor (2016), levaram Antônio Gonçalves de Araújo a recorrer à decisão régia, uma vez que, ao explorar as minas apenas por determinação de Francisco dos Santos da Soledade, possivelmente estivesse despertando a fúria dos moradores da região, bem como do Ouvidor da Capitania, Manuel José de Faria, conflito esse que nos motivou à análise desses documentos, conforme já dissemos neste artigo.

Fica claro então para nós, enquanto leitores, após lidarmos com alguns dos diversos mecanismos considerados por Ariel como fatores de acessibilidade, que Antônio Gonçalves Araújo adquire o direito de explorar as minas, sob as prescrições determinadas em outra provisão que, na ordem cronológica por nós estabelecida, refere-se ao DOC. 3:

(VI) Eu, El-Rei, faço saber os que esta minha provisão virem, que tendo consideração a me representar Antônio Gonçalves de Araújo que eu fora servido conceder-lhe a **faculdade de poder continuar o descobrimento das minas de prata e mais metais que tinha feito no estado do Brasil**, o qual projeto pelas vantajosas conveniências, interesses que dele podiam resultar a minha fazenda [...]

DOC. 3
V5T1-p.346-350

Em (VI) temos um excerto de outra provisão da mesma data da provisão que analisamos anteriormente (DOC. 1) que corrobora a ordem dada pelo rei, bem como a informação de que já estavam sendo exploradas as minas. Junto com a cessão de terras, o rei concede a Antônio Gonçalves Araújo inúmeros benefícios, conforme pode ser notado no documento completo, como vemos em (VII)

(VII) Eu, El-Rei, faço saber os que esta minha provisão virem, que tendo consideração a me representar **Antônio Gonçalves de Araújo** que eu fora servido conceder-lhe a faculdade de poder continuar o descobrimento das minas de prata e mais metais que tinha feito no estado do Brasil, o qual projeto pelas vantajosas conveniências, interesses que dele podiam resultar a minha fazenda, e bem comum dos meus vassallos, era digno de que e concorresse para ele com a minha real proteção, facultando-lhe as condições e privilégios que apontava: Hei por bem conceder ao suplicante as condições seguintes:

1

Que **lhe** será concedido privilégio privativo para minerar nas minas da prata que descobrir, sem que outra alguma pessoa possa minerar prata nos sítios minerais que tem descoberto, ou descobrir em dez léguas ao redor das minas, ou veias descobertas, e isto por tempo de 20 anos.

2

Que depois de constar com toda a certeza que estão descobertas as minas de prata e o número de escravos e pessoas que nela trabalham, **se lhe** dará a ele descobridor livre de

todos os direitos assim do consulado, como de alfândega e dízimo, todo o ferro, aço azougue e mais materiais necessários para minerar prata nas ditas minas.

3

Que se **lhe** darão para o uso da dita fábrica de minerar prata, e para as pessoas que nela assistirem os mantimentos e gêneros necessários, pagando-os pelo preço comum, e estado da terra ao tempo que se fizer a compra dos ditos mantimentos e gêneros.

4

Que **lhe** será prometido **deste reino** conduzir as pessoas e casais necessários, e alguns estrangeiros peritos no uso de minerar e fundir, os quais serão examinados para se saber se com efeitos são professores para se evitar que com este motivo se estabeleçam estrangeiros que não sejam necessários.

5

Que as barras de prata depois de pagarem o quinto serão marcadas, e não correrão sem guia, e **ele descobridor** não poderá em tempo algum embarçar que eu deixe de tomar todos os árbitros justos, e necessários para evitar a falsidade de cunhos ou marcas e roubo ou falsidade e os reais quintos que pela lei me são concedidos.

6

Que enquanto as ditas minas se não frequentarem, e tiverem ministros de Justiça **poderá nomear** um **conservador ministro** atual que conheça privativamente de suas causas que se moverem por razão do descobrimento, ou que tocarem as ditas minas como se não obrigue ninguém a vir responder, fora do seu domicílio distando este mais de quarenta léguas mas nas causas em que forem réus terá toda a jurisdição, e não serão constrangidos a responder em outro algum juízo.

7

Que se **lhe** permitirá carregar nas Naus de guerra aquela quantidade de aço, ferro ou azougue que comodamente e sem causar empacho ou embaraço se puder carregar a arbítrio dos oficiais dos armazéns e mais pessoas a que tocar a expedição das ditas naus.

8

Que se expediram as ordens ao vice-rei do estado do Brasil, governadores e ministros dele para **lhe** darem todo o favor e ajuda para este descobrimento.

DOC. 3

V5T1-p.346-350

Na compreensão da leitura do DOC. 3 exemplificado em (VII), está implicado o critério de topicidade do referente. Ariel (2001 *apud* COSTA 2007a, p. 125) compreende que esse critério se sobrepõe ao critério “distância entre o antecedente e a anáfora”. Conforme podemos observar, é exatamente esse fator que faz com que a forma referencial Antônio Gonçalves Araújo seja constantemente retomada por uma forma mais simples, menos rígida e mais atenuada, como é o caso do pronome **lhe**, como pudemos ver.

Em quase todo o exemplo (VII) o referente tópico **Antônio Gonçalves de Araújo** é retomado pela forma pronominal **lhe**, só não ocorrendo em dois momentos: quando é substituído em 5 pela forma mais informativa **Ele descobridor**, talvez para evitar algum problema causado pela distância ou, apenas por não caber o uso dessa forma pronominal no contexto de 5; e em 6, quando o referente é tomado por um

índice de acessibilidade muito maior. No caso, o zero. Conforme vemos em destaque “**Ø poderá nomear** um conservador ministro”.

Ainda quanto ao exemplo (VII), atentamos para a forma destacada em 4, **deste reino**. Essa forma referencial é extremamente dependente do contexto de enunciação. O uso do dêitico em questão é extremamente dependente do contexto de produção desse texto para sua compreensão. Entendemos que se refere aos domínios de Portugal, uma vez que a expressão **deste reino** não diz respeito apenas a Portugal, mas a todo o domínio do império lusitano.

A leitura desses documentos que compõem a primeira fase desta análise mostra-nos como se deu a cessão de terras a Antônio Gonçalves de Araújo por parte do rei D. João V. As pistas textuais sinalizam informações importantes para a compreensão desse primeiro momento que virá, em seguida, agravar-se em função da série de problemas, queixas e denúncias girando em torno da exploração das minas de prata e cobre de Ibiapaba. Chamamos a atenção para uma forma referencial que aparece nesse terceiro documento, a expressão **conservador ministro**, da qual trataremos a seguir.

A expressão conservador ministro também aparece em outro documento por nós analisado referente ao mesmo tema da exploração das minas de prata e cobre da Ibiapaba. Trata-se de uma carta⁵ de José Araújo Chaves, escrita em 1 de março de 1744, em que o mesmo presta queixa ao ouvidor do Ceará a respeito das ações praticadas por Antônio Gonçalves de Araújo.

A expressão conservador ministro em (VII) chamou-nos a atenção por se tratar de uma forma referencial ainda não conhecida por nós. Uma pista para a compreensão dessa expressão foi a carta de José Araújo Chaves, na qual o autor faz uso da expressão **juiz conservador**, forma que julgamos similar à **conservador ministro** por conta do contexto em que aparecem em ambos documentos. Essa forma referencial parece ser acessível aos interlocutores imediatos dessas correspondências, mas distancia-se de nós, motivando-nos à busca no contexto histórico a fim de descobrirmos essa denominação.

Ao mergulharmos em uma pesquisa bibliográfica, pouco encontramos a respeito dessa denominação ou cargo. No entanto, em Cezário (2010, *on-line*, grifos do autor), achamos a seguinte informação:

Juiz Conservador da Nação Britânica (Decreto de 4 de maio de 1808), como garantia de foro privilegiado para os súditos ingleses, sendo exercido por um juiz brasileiro, mas eleito pelos ingleses residentes no Brasil e aprovado pelo embaixador britânico (foi mantido após a independência brasileira, como parte

⁵ O referido documento encontra-se na coleção MCC, V5T1-p.162.

do tratado de reconhecimento da independência pela Inglaterra, sendo extinto pela Lei de 7 de dezembro de 1831)

Por associação, somos levados a pensar que o ouvidor também aglutinava o cargo de Juiz Conservador, no sentido de que só ele poderia julgar os portugueses que ocupavam cargos designados pelo rei, como que esses tivessem uma espécie de foro privilegiado; não podendo ser julgados pelos juízes das vilas, mas apenas pelo ouvidor, que era o mais alto representante da justiça na capitania.

Recordemos aqui a disposição 6, feita por D. João V a Antônio Gonçalves de Araújo, conforme exemplificamos em (VII). Imergindo nas informações contextuais, verificamos que O juiz conservador responsável por guardar os direitos de jurisdição de Antônio Gonçalves de Araújo era o ouvidor da Mocha, à época Doutor Custódio Correia Mattos.

Segundo José Araújo Chaves, tal privilégio concedido ao superintendente das minas acaba desmerecendo a pessoa do ouvidor do Ceará, Manuel José de Faria, o que se constata pelo do DOC. 4 no excerto (VIII) a seguir:

(VIII) [...] e os ditos publicam as tem pedido pelo Maranhão, não se contentando com as que estavam plantando no arraial velho, sendo apossando-se com currais e roças por várias partes e publicando que são suas e tem podido, **e se lhe tem o que dizer delas o faça perante o seu juiz conservador que é o doutor ouvidor da Mocha**, pelo que eles mesmo publicam como vossa mercê verá dessa carta que me escreveu Manuel Gonçalves **a fim de me ser feito o direito e tirem a vossa mercê a sua jurisdição que tem.**

DOC. 4
V5T1-p.162

Como pudemos ver, a forma **juiz conservador**, mesmo não sendo marcada no discurso como mais atenuada, é para nós pouco informativa. Pelo fato de não nos ser acessível tal denominação, tornou-se necessária uma investigação no contexto histórico da época para recuperarmos essa forma referencial como uma recategorização de ouvidor. Tal fato faz-nos recordar as palavras de Ariel (2001), que considera a Teoria da Acessibilidade como um conjunto de inferências extralinguísticas, de ligação entre formas e contextos apropriados. Esse aspecto discutido corrobora também a ideia da autora de que as implicações contextuais extras justificam o custo de processamento extra.

Outra informação que podemos salientar dessa carta emitida por José de Araújo Chaves é que realmente, como afirmam Antônio Gonçalves de Araújo e seu irmão, eles tinham ordem para apossar-se das referidas terras. Acreditamos que conflitos como esse tenham sido as razões pelas quais Antônio Gonçalves recorreu ao rei, conforme pudemos ver no DOC.1

Aqui cabe uma consideração: de acordo com Feitosa (1929), José de Araújo Chaves era Capitão-mor de Ipueiras. Esse homem era um grande latifundiário da região, o que nos leva a compreender seu incômodo com a atuação de Antônio Gonçalves de Araújo.

Encaminhando-nos para a conclusão deste trabalho, é importante ressaltarmos que nesse jogo complexo de reconstrução de sentidos, pudemos perceber como constantemente estivemos nos deslocados de informações contextuais, sejam mais localizadas ou mais amplas, para informações materiais, como uma palavra, a posição dos documentos no caderno de registro, etc. Nessa atividade, também diversas vezes foi necessário imergirmos na profundidade do nível inferencial e perceber como as pistas nos falavam e nos permitiam reconstruir esse complexo quebra cabeças que é a leitura dos documentos.

Se tentarmos pensar visualmente os deslocamentos que fizemos, talvez nos deparemos com algo mais ou menos assim:

IMAGEM 1 - Descolamentos no processo de textualização



Fonte: autor.

Em alguns momentos, deslocamo-nos para engrenagens que estão mais ligadas ao processo linguístico, material, em outros, para os aspectos cognitivos, e em outros, ainda, para os aspectos sociais. Apesar desses deslizamentos, nenhum desses níveis atua sozinho. São mais como engrenagens que funcionam juntas. Dessa ação conjunta, emergem outros níveis analíticos que devem ser pensados engajados nesse sistema, como o próprio sujeito, o contexto, a coerência, etc. O que implica dizer que embora um ou outro desses elementos esteja em evidência no momento de interação, não podemos dissociar os demais níveis e a relevância desses, no que

Beaugrande chama de “efetivação do texto”, já que “Um texto só existe, como texto, quando está sendo processado” (BEAUGRANDE, 1997, p. 11). Inspirados nas palavras do autor consideramos: um texto só é texto quando alguém está agindo nele, uma vez que o processo de textualização todos somos coparticipantes do ato enunciativo.

4 Conclusão

Neste estudo, nosso objetivo principal foi analisar a dinâmica da textualização em 4 documentos setecentistas do Ceará, considerando a noção de texto como evento (BEAUGRANDE, 1997) com ênfase na investigação dos processos referenciais à Luz da Teoria da Acessibilidade, desenvolvida por Ariel (1996) e discutida por Costa (2007a). Em nossa análise, tentamos demonstrar que o processo referencial é um jogo que se dá nos deslizamentos entre linguagem pensamento e realidade (SALOMÃO, 1999). O desenho que criamos no final da seção anterior, tenta mostrar o engajamento de todos os elementos envolvidos no processo de textualização.

Pensar a Filologia textual é pensar o texto antigo para além da forma. Reiteramos, como fizemos em Autor (2019), que não dispensamos o trabalho material do filólogo como importante à investigação documental. Consoante a Beaugrande (1997), entendemos que a parte material é importantíssima para o texto, mas ele não se restringe a esse nível.

Ao observarmos como acessamos os referentes por meio das expressões presentes nos documentos analisados, pudemos observar que a todo instante estamos lidando com o nível material do texto, ora restringindo-nos mais a esse nível, ora extrapolando-o, como no caso da inferenciação, mas jamais desprezando-o. Alguns aspectos talvez não tenham ficado tão elucidados devido à extensão limitada deste trabalho, mas convidamos nosso(a) leitor(a) a conhecer na íntegra a pesquisa que desenvolvemos no nível de mestrado da qual nasceu a proposta deste artigo.

Nosso esforço em trazer tais discussões para o campo da Filologia ancoram-se no desejo de acenar um novo(?) espaço investigativo, talvez contribuindo para o desvelamento de um campo profícuo para reflexão, especialmente, a respeito do trabalho de leitura do texto antigo. A Linguística de Texto, com suas bases teóricas sobretudo pautadas na sociocognição, oferece condições para uma atualização dos estudos na área da Filologia. Aqui e em trabalhos anteriores temos chamado essa área de Filologia Textual, a alguns essa nomenclatura pode parecer pleonástica, uma vez que a Filologia é, em si, uma ciência do texto. Entretanto, julgamos ser necessário reforçarmos que nosso trabalho é com o texto, e com o texto em sua completude,

que se estende do material ao virtual. Por essa razão, a nomenclatura nos parece pertinente. Também esta explicação já a fizemos em textos anteriores, mas aqui lembramos a máxima machadiana: “há coisas que se devem incutir na mente do leitor pela força da repetição”.

Referências

Alves LEP. Filologia textual e linguística textual: estudo de textos setecentistas à luz da teoria da acessibilidade [dissertação]. Fortaleza: Centro de Humanidades, Universidade Estadual do Ceará; 2016.

ALVES, L. E. P ; XIMENES, E. E . Uma revisão do conceito de texto e suas implicações para os estudos filológicos. *Filologia e Linguística Portuguesa (Online)* , v. 21, p. 25-42, 2019

ARIEL, M. Linguistic marking of physical givenness. In: *Second Colloquium on Deixis*. Nancy, 1996. Disponível em: <http://www.loria.fr/~romary/Deixis/PapersDeixis>. Acesso: 15maiz2020.

_____. Accessibility theory: an overview. In: SANDERS T; SCHILPEROORD, J. e SPOOREN, W. **Text representation: linguistics and psycholinguistics aspects**. Amsterdam/Philadelphia: Benjamins, 2001, p. 29-89.

_____. Accessibility Theory. In: BROWN, K. **Encyclopedia of Language e Linguistics**. 2ª Ed. Elsevier, 2006.

BEAUGRANDE, R.D. **New foundations for a science of text and discourse. Freedom of access to knowledge and society through Discourse**. Norwood: Ablex, 1997.

BELLOTTO, H. L. **Como fazer análise diplomática e análise tipológica de documentos de arquivo**. São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial do Estado, 2002.

CAMBRAIA, C. N. **Introdução à crítica textual**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

CEZARIO, L. F. A Estrutura Jurídica no Brasil Colonial: Criação, Ordenação e Implementação. *Âmbito Jurídico*, v. 72, p. on-line, 2010. Disponível em: http://www.ambitojuridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=7088 . Acesso em: 20 nov. 2016.

COSTA, M. H. A. **Acessibilidade de referentes: um convite à reflexão**. Fortaleza, 2007. 176p. Tese (Doutorado em Linguística). Programa de Pós-graduação em Linguística, Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2007a.

_____. Ariel e a noção de acessibilidade referencial: ampliando os limites do discurso. In: CAVALCANTE, M. M. et. al. **Texto e discurso sob múltiplos olhares: referenciação e outros domínios discursivos – Vol. 2-** Rio de Janeiro: Lucerna, 2007b. p. 40-73.

HANKS, W. F. **Língua como prática social**: das relações entre língua, cultura e sociedade a partir de Bourdieu e Bakhtin. São Paulo: Cortez, 2008.

MARCUSCHI, L. A. **Cognição, linguagem e práticas interacionais**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007, 176p, 2007.

_____. A coerência no hipertexto. In: COSCARELLI, C. V.; RIBEIRO, A. E. (Org.). **Letramento Digital**: Aspectos sociais e possibilidades pedagógicas. 1ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2005. p. 185-208.

MONDADA, L.; DUBOIS, D. Construção dos objetos de discurso e categorização: uma abordagem dos processos de referenciação. (Tradução de Mônica Magalhães Cavalcante). In: CAVALCANTE, M. C., RODRIGUES, B. B. e CIULLA, A. (orgs.). **Referenciação**. São Paulo: Contexto. p. 17-52, 2003.

PARENTE, I. C. **Teoria da Acessibilidade e processos referenciais**: a construção conjunta de objetos de discurso por alunos de ensino fundamental na produção de textos para o jornal escolar. Dissertação de Mestrado. Mestrado Acadêmico em Linguística Aplicada – Universidade Estadual do Ceará, 2016.

SALOMÃO, M. M. M. A questão da construção do sentido e a revisão da agenda dos estudos da linguagem. **Veredas**: revista de estudos linguísticos, Juiz de Fora, v. 3, n. 1, p. 61-79, 1999.

_____. Realismo e verdade: o que nos ensina o estudo sociognitivo da referência. **Caderno de Estudos Linguísticos. Campinas**, (44):71-84, Jan./Jun. 2003.

SOARES, J. P. M.; F., C. (Orgs.). **Memória Colonial do Ceará**. vol. 5 (1744-1746): tomo 1 (1744-1746) e tomo 2 (1746). Introdução metodológica, coordenação técnica, estabelecimento do texto, comentários e notas de José Pereira da Silva. [Teresópolis – RJ]: Kapa Editorial, 2011-2012.

VOLOCHÍNOV, V. **Marxismo e Filosofia da Linguagem**: problemas fundamentais do método sociológico das ciências da linguagem. 2a. Ed. São. Paulo: Editora 34, 2018.



Accessibility theory and its implications in ancient texts reading

ABSTRACT:

In this paper, we recapture discussions we have been developing about a theoretical interface between Philology and Text Linguistics. Still arguing in favor of a text philology (AUTOR, 2016), we try to analyze the dynamics of textualization in 4 eighteenth century documents from Ceará, taking into account the idea of text as an event (BEAUGRANDE, 1997) with emphasis on investigation of referential processes under Accessibility Theory, developed by Ariel (1996) and discussed by Costa (2007a; 2007b). In our analysis, we tried to demonstrate that the referential process is a game that occurs in the slips between language, thought and reality (SALOMÃO, 1999). For philological studies, questions raised here reveal a fruitful field for reflection, especially regarding the work of reading ancient texts.

KEYWORDS:

Text Philology;
Text Linguistics;
Referencing;